

REDUNDÂNCIA & AMBIGUIDADE

ANTONIO SÉRGIO MENDONÇA *

Abordaremos o problema no poema as cantadas¹ de Mário de Andrade a partir da seguinte observação crítica de Luiz Costa Lima.

O signo em função denotativa tem função referencial... enquanto, ao contrário, no uso conotativo o signo é pensado em circuito simbólico próprio. A realidade externa não serve de ponte para o entendimento, função só preenchida pelo sistema linguístico (ou semiológico) de que participa. Assim, por exemplo, os versos de Mário de Andrade.

TERRAS BRUSCAS, CÉUS MADUROS APALPAM CURVAS OS AUTOS

não seriam melhor compreendidos se dispuséssemos da foto da hipotética cena que teria servido para a descrição. Pois nunca a metáfora é a fixação num código (no caso de Mário, verbal) de recurso noutra código traduzível (que seria então o fotográfico).²

Obs. O que é afirmado nos põe diante de uma tríade complexa, não só pelas inter-relações motivadas no poema não se resumirem a esse exemplo, mas também por nos parecer que o referido texto

* Professor da Universidade Federal Fluminense e da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1972) com a Dissertação Por uma teoria do simbólico e Doutor em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1975) com a tese Aventura semântica no Imaginário. Colaborador das revistas *Vozes*, *Tempo brasileiro*, *Construtura*, é co-autor de vários trabalhos e autor de *Poesia de vanguarda no Brasil* (Vozes, 1970), *Retângulo de Giz* (Lia, 1970) e *Por uma teoria do simbólico* (Vozes, 1974).

(1) ANDRADE, Mário de. *Poesias completas*. São Paulo, Martins, 1966. p. 256-7.

(2) COSTA LIMA, Luiz. Poética da denotação. *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis, 65(5): 45, jun./jul. 1971.

promove a "dissemântica" do circuito simbólico da metáfora, tornando-o semanticamente redundante. Entendemos que a intenção do autor citado foi valer-se de exemplo comprovador da não-referencialidade do cosmos metafórico. No entanto, pode parecer que isso conferiria ao texto uma estrutura de atualização metafórica, o que nos parece não realizável, nele predomina uma poética da redundância.

Precisa-se conceituar qual o estatuto epistemológico da discussão em curso. É necessário que se delimitem as relações entre: conotação, verossimilhança e referencialidade. Ou seja, o grau do verossímil passará a ser definido pelo nível conotativo do texto, projeto comum até a leituras semióticas diversas da nossa opção quando pretendem estabelecer o lugar da isotopia. Assim postulado, esse problema implicará em que a conotatividade signifique de acordo com um circuito de individualização da ação do código (no sentido hegeliano do termo) e não de tradução de referencialidade empírica. Esse último sentido, parece-nos mais próximo de certa confusão que se passa ao nível do pensamento estético entre Mimesis e imitação referencial do código do real, colocando a realidade do texto poético em lugar análogo ao que em R. Jakobson denomina-se função referencial da linguagem. Tal função em nosso modo de ver, caracterizaria a denotação de 1.º grau.

Desde a lição aristotélica (basta observar a correta interpretação de Roman Ingarden) que não se pode confundir mimesis com imitação dos códigos do real externo (referencial), mas com a qualidade verossimilhante que não se confunde com o real empírico. A significação dessa qualidade em um texto implica em o mesmo produzir os níveis de atualização da possibilidade do acontecer. Essa atualização do possível, função primordial para a visão aristotélica do discurso poético, implica em atender no real do texto a lógica das expectativas do leitor. Lógica essa que traduzia em termos do reconhecível um compromisso redundante de identificação analítica entre texto e leitor, denominado função catártica. O texto, assim idealizado para a sua compreensão percorria uma circuito de comunicação automatizada, realizava um círculo discursivo, onde era lugar-tenente da Palavra Social. Logo, o descentramento operado pela mimesis aristotélica promove também um tipo de redundância, que se desliga no atendimento prévio à referencialidade de outro código. Liga-se à necessidade de permanência simbólica da identidade entre o real possível e as expectativas homológicas dos receptores da comunidade a respeito desse real. Chamamos a atenção para o fato de a tradição linguística do ocidente confundir conotativamente com verossimilhança interna e denotatividade com referencialidade. Só nesse sentido é que o texto Marioandradino poderia ser con-

siderado Metafórico. Pois, a conotatividade que ele realiza é análoga à de 1.º grau, não se operando o descentramento da redundância, senão em direção a um código ideológico do possível, de uma nova redundância. Por isso perguntamos: o descentramento operado por esse tipo de mimesis não sofre do mesmo mal que afligia a referencialidade supostamente descentrada? Não estarão ambas as problemáticas: verossimilhança interna, verossimilhança externa e respectivamente denotação e conotação no mesmo impasse e consequentemente na mesma problemática? Terão condições conceituais de traduzirem analogamente as categorias de metonímia e metáfora? Em relação à última indagação a resposta é negativa, bastante para isso consultar o texto de Costa Lima *A Poética da Denotação* (já citado, principalmente em sua versão revista cf. **Metamorfose do Silêncio**, RJ Eldorado, 1973) e o nosso **Por que ainda se deve falar de Metonímia e Metáfora**, (in revista tb n.º 32, 1972). Às duas primeiras indagações responderemos afirmativamente, senão vejamos: Mudar o centro, não é mudar a questão, a questão essencialista estará presente tanto na hipótese mimética como na hipótese referencial, não se tratará de ter o verossímil na dependência de outro código mas de tê-lo na dependência da criação do possível, de uma possível homológica a exigências de identificação expectativas contextuais. Logo, o critério de aferição do possível permanece tão comunitário quanto o era a dependência à referencialidade. Cabe-nos, então, perguntar a opção Marioandradiana terá rompido com a referencialidade e com a lógica do possível, ou, apenas com a primeira?

Observaremos em relação à sua solução poética o que para Luiz Costa Lima indica a diferença entre a Mimética Platônica e a aristotélica, não sem antes destacarmos que em relação a elas o critério de aferição do texto permanece comunitário; uma vez que opera-se uma simples mudança de perspectiva, um simples deslocamento do critério de dependência à comunidade. Se em Platão o verossímil apenas desdobra o requisito prévio de um realismo essencialista, na mimética Aristotélica o conceituamos de outra maneira:

A verossimilhança, portanto, sempre resulta de um cálculo sobre a possibilidade de real contida pelo texto e sua afirmação depende menos da obra que do juízo exercido pelo destinatário. A obra por si não se descobre verossímil ou não. Este caráter lhe é concedido de acordo com o grau de redundância que contém.³

(3) COSTA LIMA, Luiz. *Estruturalismo e Teoria da Literatura*. Petrópolis, Vozes, 1973. p. 56 (Coleção Mestrado, 1).

Dessa maneira entendemos que os sistemas de transformações do texto marioandradino não opera na modificação, mas a mera substituição de modelos de redundância, o que veremos em:

Desenvolvimento: A Localização da Conotatividade.

Antes de entrarmos propriamente na descrição textual, postulamos que; referencialidade < > denotação de 1.º grau; mimético como sinonímia de lógica do possível < > conotação de 1.º grau: metonímico < > denotação de 2.º grau e metafórico < > conotação de 2.º grau.

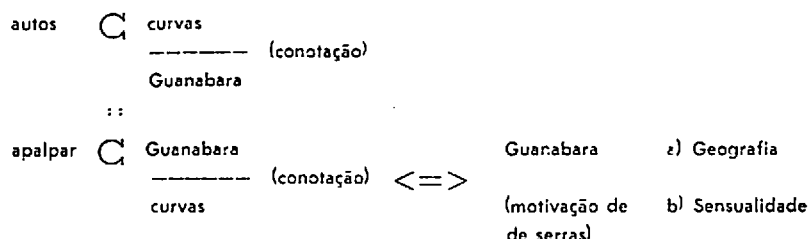
Do ponto de vista da descrição dos elementos da transformação desse texto teremos que na situação inicial da narrativa o narrador não é envolvido como motivador do plano actancial. Essa motivação se exerce do ponto de vista da relação de contiguidade entre os significados de **autos** e **apalpar**. O resultado semântico da símile associativa contida na contiguidade implicará em equivalência (também de caráter semântico) entre **Guanabara** e **curvas**. Esta relação é explicada por dois fatos narrativos; relação de responsabilidades de ação por parte do significado de **autos**, inclusão de **Guanabara** nesse mesmo campo semântico pela correlação sinonímica extensiva mantida pelos elementos sintagmáticos: **Ancas pandas** e **seios duros**. A relação semântica apontada ao nível da cadeia dos significantes situa dois lugares disjuntivos. A disjunção prepara a primeira transformação. Isso porque **autos** é executor da ação e **Guanabara** se identifica semanticamente com o elemento sintagmático que é paciente da ação: a palavra **curvas**. A autoria, já fixada no corpus, se desdobra. A autoria passa a ser função do narrador, uma vez que esse inclui possessivamente **autos** em seu repertório actancial (incorporando, com isso também, a função semântica dessa palavra). Aparentemente a disjunção cede lugar ao equilíbrio, invocando uma aparente codificação em termos de referencialidade externa. Estabelece-se uma conjunção analógica entre: Ação (Senti), objeto (as curvas dos autos) lugar (nas praias da Guanabara). Já a segunda versão da situação inicial restabelece pela relação de motivação semântica interna, sendo a semântica da palavra **curvas** responsável pela mediação dessa nova forma de codificação. Incorpora-se, também juntamente com a passagem para esta nova codificação dos elementos da codificação anterior, a nova função do narrador-da-narrativa como sujeito actancial, o que caracteriza uma narrativa sobre a linguagem. O aparente retorno anterior, indica apenas uma motivação fraca, pois revelou-se mero pretexto para a inclusão de elemento ausente e transformador da codificação estatuída. A relação homônina entre a nova função do narrador e a dimensão conotativa de **curvas**, nos dá conta que ela

(dimensão) estaria sendo testada na passagem anterior. Logo, a retomada da situação inicial transformada por esse novo prisma codificador (novo detento da função de explicitação actancial) implica em uma retomada da conotatividade da palavra **curvas** como índice de verossimilhança interna: Assim temos:

SISTEMAS DE TRANSFORMAÇÕES DA NARRATIVA

código

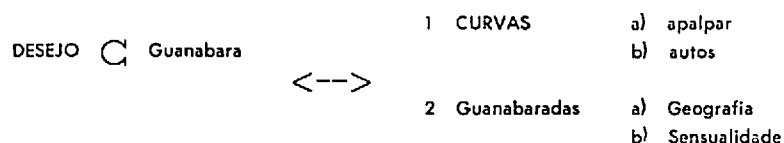
1. SITUAÇÃO INICIAL: 1.ª Transformação C = incluir
 :: = assim como
 <=> = equivalente à
 ≠ = diferente de
 ∴ = donde, logo



2. 2.ª TRANSFORMAÇÃO

≠

2. 3.ª TRANSFORMAÇÃO (Obs. Possível, esboçava)



A situação da 1.ª transformação amplia-se na 3.ª versão da situação inicial da narrativa e dá lugar aos elementos que irão operar a segunda transformação. O campo semântico da sensualidade é ampliado, pois a **geografia tropical** redobra a semântica da relação **Guanabara/curvas** ao recobri-la semanticamente pela relação **Guanabara frutas**. E essa nova relação reforça, por provocar a manutenção, a mesma atitude de sensualidade provocada pela função actancial do narrador (cf. 2.º e 3.º estrofe do poema). A síntese das duas construções vai ser construída na 4.ª estrofe. Essa vai redenominar a equivalência proposta na 1.ª versão (Guanabara, curvas, ações de sensualidade). Logo, o termo trazido por essa estrofe: **Guanabaras**, é uma composição por conjunção-síntese. Dessa forma os elementos

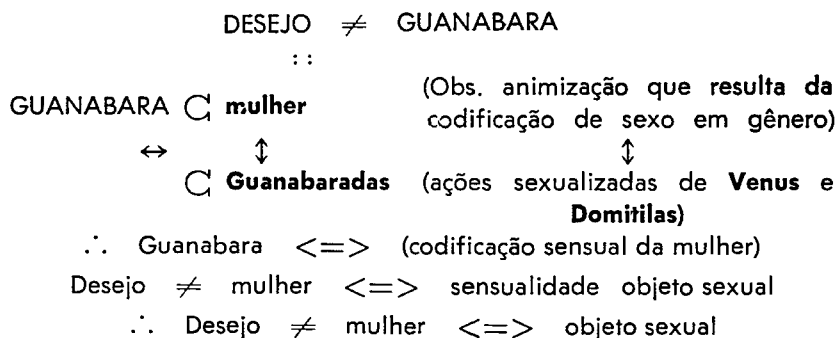
sexualizados da relação entre geografia/guanabara passam a significar a conotação desse termo síntese. Por isso, a semântica do texto no momento dessa transformação modifica-se em sentido superativo (na acepção hegeliana dessa categoria) para a equivalência contida na 2.ª transformação. Daí podermos afirmar que até aqui o contexto da ordem simbólica exercida pelo texto não remete a real algum fora dos sistemas de motivações, onde se estabelecem suas relações constitutivas. Contudo, a 5.ª estrofe vai reduplicar a função da 3.ª. É novamente apresentado uma pseudo-disjunção, que em princípio toma a aparência de uma disjunção propriamente dita, pois se propõe como núcleo de resistência semântica a identidade analógica entre **curvas/Guanabaras**. No entanto, a desatualização dessa resistência pela versão seguinte, não só a transforma em elemento opositivo não-marcado pela solução narrativa, mas também incorpora a relação rejeitada. Retoma-se a necessidade de um só termo sintetizar (prossequindo na escala de desdobramento superativo) os termos da equivalência proposta pela situação inicial. Essa estrofe prepara a dimensão actancial da que lhe segue. Enquanto uma prepara a outra, efetua a síntese. Trata-se de estabelecer o clasema em relação a que será estabelecido se o sistema de transformações é redundante ou ambíguo.

Se foi dito que a motivação interna produtora do sentido conotativo de **curvas** deriva da relação entre geografia/sexualidade, e que essa acepção foi englobada pelo termo-síntese **guanabaras**, Guanabara que era elemento da interioridade opositiva do campo semântico de **curvas** passa a ocupar o papel de novo termo-síntese (cf. 3.ª transformação). No entanto, o prisma da motivação é até aqui sintagmático, portanto, conotativo de 1.º grau. Será em relação ao sentido de Desejo, (significado implicado por ausência), paradigmático, pressuposto pela implicitude textual, que dar-se-á ou não a relação de transformação que contém a ambiguidade (não entendida aqui como uma estética do desvio, mas como o lugar de assunção na cadeia do significante do significado em "forclusão"). Desejo é clasema-narrativo (estando para essa narrativa assim como o mitema para a narrativa mítica) e como tal surge como significado motivador da equivalência, presente por ausência. Trata-se de formular a solução semântica em direção a um significante inverossímil, representado por Desejo, seu lugar-tenente, ou de reinscrever as transformações, o circuito simbólico em uma semântica analógica com os elementos culturais de uma codificação linguística. Ao tornar o significado mulher-tradutor do sentido de Guanabara, em versão seguinte que converge para um sentido de descrição (dentre as atitudes de sensualidade provocadas pela **Guanabara**, uma delas é des-

falecer pela mulher de em seguida), o texto produz conotação como equivalente a lógica do possível e consequentemente traduz por um sintagma-mediador o circuito simbólico do nível conotativo. Dessa maneira a transformação é explicada pela presença verossimilhante do código, pois ao não ser realizada a ambiguidade cede lugar ao elemento mediador tradutor da redundância. Assim temos:

DESREALIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSFORMAÇÃO ANTERIORMENTE PROPOSTO (3.º SISTEMA)

4. 4.º TRANSFORMAÇÃO:



Conclusão — ideologia & persuasão.

Ao demonstrarmos que os sistemas de transformações do texto Marioandradino remetem não a uma ruptura do verossímil, mas ao limite de inter-relações entre conotatividade e verossimilhança interna, consideramo-lo metalinguístico em relação aos seus códigos de motivação externa, de pressão contextual. Há a importação do problema, mas não a individualização da solução, razão porque o metalinguístico é apenas uma redescrição em outra codificação de hipóteses contextuais. (Limita-se a situar-se entre a referencialidade e a lógica do possível narrativo). Nossa análise procurou demonstrar que a análise das motivações (que dão conta do plano da linguagem) necessariamente não implicam em transformações ao nível da linguagem (que dá conta das funções). A conotatividade do texto ao produzir a lógica do possível repõe a presença da redundância e do equilíbrio. No lugar da enunciação (cena não-dita). Temos uma retórica da mimesis como indicadora de uma lógica da pressuposição e do equilíbrio. A concepção de linguagem, melhor seria dizer de discurso, praticada por esse texto implica em manter-se o sentido preso ao reconhecimento, à expectativa de sensibilização de atos e objetos produzidos no interior da codificação linguística. Mimesis é aqui verossimilhança interna, conotação é de 1.º grau e texto um

capítulo da discursividade. Essa é por sua vez produto de uma rusga, de uma cicatriz incurável, que ao suturá-lo tornou-se responsável pelo afastamento do simbolizado, e pela reconstrução da univocidade. Temos a substituição da produção da simbolização em favor de um simulacro do objeto substituído, ao estabelecer o fetiche literário, esse texto, destaca o sentido do lugar que o funda, estabeleceu-o como retórica da palavra abstrata.

A questão da semana de 22 não nos impede, pelo contrário estimula a todo um estudo comparativo, principalmente ao nível da semântica da sexualidade, com a radicalidade poética de Oswald de Andrade. Ao ser tornado redundante, esse texto incorpora o requisito de persuasão para poder falar, torna-se portador de referenciais unívocos, próprios da discursividade ideológica. O aludido contraste, com o texto oswaldiano, colocará a dimensão semiológica necessária ao equacionamento da questão da ambiguidade. O texto oswaldiano substitui a retórica da persuasão pelos processos entrecruzados do uso da metonímia e da metáfora. Esse entrecruzamento é produtor, justamente, da relação construtora da ambiguidade, ou seja, da relação interdependente de referenciais não- unívocos dominantes (conotativos de caráter metafórico) e internamente condensados e reapropriativos (denotativos de caráter metonímico). Vimos tentando dessa forma, desde alguns trabalhos, equacionar a contribuição oswaldiana, no entanto, basta cf. *Semanálise da obra oswaldiana* in Revista de Cultura Vozes n.º 8, *Semiologia & Semiótica*, Petrópolis, 1974.

Poderemos, por outro lado, retirar outra conclusão dos pontos-de-vista expostos, precisamente os de limites da questão da vanguarda. É necessário extremo cuidado para que o nível de proposição de determinados projetos poéticos não promovam a reintrodução de projeções ideológicas, e reinscrevam suas contribuições nos limites redundantes de uma retórica da persuasão. Isso acontece em relação ao próprio Oswald de Andrade ao nível de suas reflexões políticas. A antropofagia tem e ela mesmo o é contexto filosófico da mais fecunda contribuição oswaldiana. No entanto, a sua utopia, que compromete ao nível da persuasão ideológica o projeto de descentramento que lhe é inerente, reúne, sem equacionar as diferenças, elementos tão antagônicos como a anti-metáfora e Lévi-Bruhl. A distinção entre o primado de uma mente pré-lógica e lógica se operacional para indicar a diferença feita (a partir dos que com ela significam entre selvagem e civilizado e em decorrência floresta e escola) não o é para o apontar da solução do interior da mesma problemática. Na solução antropófaga Oswald pensa com as mesmas estruturas

mentais dos que o excluem, e formula a solução admitindo como verdade histórica, o que era o ponto de vista de classe do repressor. Ora entronizar o marginal, a selva no lugar da escola, significa requisitar o poder, mas também fazê-lo dentro do sistema de persuasão estruturalmente ligado ao dominador. Ao fazê-lo compromete seu projeto com discursos do tipo persuasivos; que acabam por contextualizar indecisões políticas liberalizantes (cf. Telefonemas), o que torna seu equívoco antropológico deformador da compreensão de sua própria radicalidade poética e instaurador de sua indecisão política. Desse ponto de vista, para finalizar, veríamos o projeto ideológico concretista, que de uma certa maneira insiste(m) em se colocar como o(s) tradutor(es) da(s) verdade(s) de vanguarda(s). Há alguma semelhança entre o atual momento do projeto cultural concretista e a posição do analista que não se coloca em relação analítica, não se coloca na transferência, para poder permanecer com a "verdade". Só que não detém o **saber do delírio**, mas o **delírio do saber**. Guardadas, no interesse de Freud, as devidas proporções é como se em vez de Análise Original, Freud tivesse se centrado na "verdade" e efeito auto-análise dos outros. Pois, é nessa posição de auto-analistas da cultura brasileira que os concretistas se colocam. O que como retórica persuasiva, coloca o seu importante e radical produto poético na sinonímia do Poder, no caso, Poder de Consumo.

A vanguarda deve-se pensar e realizar contra a reinscrição, da retórica persuasiva, pois essa é sintoma da crise da impossibilidade. É na diferença produzida tencionalmente, produzida como separação a vanguarda impossibilitada de voltar ao exterior do real (como índice de registro comunitário) vê-se por isso mesmo, na possibilidade de desmascarar os tentáculos de sua persuasão.

RESUMO

A perspectiva da redundância X possibilidades da ambiguidade, ambiguidade conduzindo à relação entre conotação de 2.º grau e metáfora, denotação de 2.º grau e metonímia, matriz estrutural para compreender a contribuição de 1922 para a vanguarda, Oswald de Andrade X Mário de Andrade = Poética da ambiguidade X Poética da Redundância.

RÉSUMÉ *

La perspective de redondance X possibilités d'ambigüité, ambigüité conduisant à l'écriture entre notation de 2ème. degré et métaphore, dénotation de 2ème. degré et métonymie matrice structurale pour comprendre la contribution de 22 pour l'avant garde Oswald de Andrade X Mário de Andrade = Poétique de l'ambigüité X Poétique de la Redondance.

* Versão pela Prof.ª Yvelise Araújo Szaniawski.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Mário de. *Poesias Completas*. São Paulo, Martins, 1966, p. 256-7.
- COSTA LIMA, Luiz. Poética da denotação. *Revista de Cultura Vozes*, 65 (5): 39-18, jun./jul. 1971
- COSTA LIMA, Luiz. *Estruturalismo e Teoria da Literatura*. Petrópolis, Vozes, 1973. 489 p. Coleção Mestrado, 1).